

WESTWING

Westwing Comércio Varejista S.A.

CNPJ nº 14.776.142/0001-50



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração

2021 foi um marco na história da Westwing!

Além do ótimo crescimento durante o período, no início do ano fizemos nosso IPO no Novo Mercado da B3, que impulsionou ainda mais a aceleração dos nossos projetos, sempre tendo como foco inspirar a descoberta de mais beleza no viver de cada pessoa. Estamos, cada vez mais, atingindo esse objetivo de estar presente no viver das nossas clientes. Conseguimos notar isso pelo crescimento em top line, com Receita Líquida crescendo 28,0% a.a., em cima de um crescimento de 87,4% em 2020, e, especialmente, quando observamos alguns números da nossa operação:

1. Atingimos a marca de mais de 10 milhões de cadastros no site;
2. Oferecemos mais de 1,6 milhão de SKUs com cadastros ativos na plataforma; e
3. Mais de 3,4 mil fornecedores ativos.

O ano de 2021, no entanto, apresentou um cenário muito mais desafiador para as categorias de casa e decoração do que o previsto inicialmente, ocorrendo queda de 12,8% nas buscas do Google dessas categorias durante o período, segundo dados do Google Trends. Tal cenário decorreu de uma combinação de fatores, incluindo (i) antecipação de compra de itens de casa e decoração (dentre outras categorias de produtos) durante o auge da pandemia em 2020, (ii) avanço da vacinação em 2021 restabelecendo parte da oferta do varejo físico, (iii) aumento do share of wallet de serviços e entretenimento ao longo do ano, (iv) cadeias de suprimentos ainda não plenamente estabelecidas (com efeito sobre o offering) e (v) alta inflação comprimindo poder de consumo.

Apesar do cenário mais desafiador que o previsto, a Companhia manteve o ritmo na execução dos projetos de seus pilares de crescimento, o que suportou o crescimento de 28,0% a.a. em 2021 em Receita Líquida, e consequente ganho de mercado, uma vez que pudemos observar uma retração no nosso setor.

Assim, os avanços na implementação dos pilares estruturais de nosso plano de negócio têm sido significativos, com a finalidade de continuar sustentando um maior crescimento da Companhia no médio e longo prazo:

1. Acelerar o core business

a. Marketing:

- Investimento de marketing aumentou +5,3pp da receita líquida vs 2020;
- Lançamos nossa primeira campanha de marketing com foco em brand awareness durante o segundo semestre do ano, "Viva um mundo mais bonito", em parceria com Vanessa da Mata;
- Inauguramos a loja oficial da CasaCor;
- Fomos capa da revista Casa e Jardim por duas vezes, em parceria com Giovanna Antonelli e Thaila Ayala; e
- Tivemos importantes parcerias e collabs ao longo do ano, com Giovanna Antonelli, Facundo Guerra, Bela Gil, Thaila Ayala, as chefs Kátia Barbosa e Carla Pernambuco, entre outros.

b. Operações e Logística:

- Lançamos 2 novos hubs da Westlog, no RJ e no DF;
- Reduzimos o prazo de entrega em 6 dias vs 2020;
- Implementamos e evoluímos o Next Day Delivery para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, atingindo 64% das entregas nessas cidades;
- Westlog representou 43,2% das entregas no Brasil no 4T21 vs 17,5% no 4T20; e
- Atingimos 98% dos pedidos entregues dentro do prazo no 4T21, fechando o ano com selos RA 1000 de 6 e 12 meses no Reclame Aqui, mesmo diante dos desafios de Black Friday e Natal.

c. Tecnologia:

- Contratamos 20 novos colaboradores, atingindo 90 colaboradores no time no final do ano;
- Implementamos importantes projetos para a operação do CD e Westlog, de melhorias em UX, novos meios de pagamento, entre outros;
- Revisamos e melhoramos nossos processos e sistemas visando aumentar a segurança digital de nossas operações.

2. Expandir o mercado endereçável

a. Lifestyle:

- Crescemos a participação de lifestyle no Club em 2,7 pp vs 2020, representando 15,8% do GMV do Club em 2021; e
- Prospectamos 132 novos fornecedores dessas categorias, sendo marcas como Lego, Milka, JBL e Curaprox.

b. WestwingNow:

- Crescemos 167,1% a.a. vs 2020;
- Lançamos novas categorias de produtos, como iluminação, cozinha e pet; e
- Aumentamos significativamente o número de SKUs disponíveis no canal, e continuamos observando sinergia significativa com o Club e as Westwing Stores.

c. Westwing Stores:

- Demos início a expansão do varejo físico, inaugurando 4 novas lojas no último trimestre do ano, com resultados iniciais acima do previsto.

3. Private Label

- a. Lançamos o dobro de coleções de produtos exclusivos comparado a 2020 (89 coleções lançadas em 2021);
- b. Crescemos em 34% a.a. o número de SKUs com venda; e
- c. Aumentamos a participação no GMV Club+Now em 1,1pp vs 2020.

Foram grandes as evoluções em nossa operação alcançadas ao longo de 2021, mas entendemos que este é apenas o início de uma longa e bela jornada nesta nova fase da Westwing. Temos um modelo de negócios e relacionamento com nossos clientes verdadeiramente diferenciado no cenário de e-commerce brasileiro, uma equipe competente e motivada e os recursos financeiros necessários para viabilizar o alcance dos nossos objetivos de longo prazo.

Tivemos também grandes avanços em Governança Corporativa durante o ano. O Conselho de Administração agora possui 60% de membros independentes, assim como foram instalados o Comitê de Auditoria, a área de Compliance e a Secretaria de Governança, melhorando cada vez mais os processos de governança da Companhia.

Para 2022, entendemos que ainda teremos um cenário desafiador no consumo, em função de um contexto macro brasileiro incerto, principalmente pelo aumento da inflação e da taxa de juros, e consequente impacto na confiança do consumidor. Vale lembrar que a Companhia possui histórico que demonstra resiliência, dado seu modelo diferenciado de negócio, não só menos intensivo em capital (especialmente no Club) como também bastante sinérgico (entre os formatos de Club, Now e lojas físicas) e com alto nível de engajamento dos clientes (estendendo bastante a vida útil dos cohorts e clientes ativos). Isso resulta em retornos de curto, médio e longo prazos economicamente muito interessantes para a Companhia. Por isso, nossa visão atual é seguir investindo nos pilares de crescimento do nosso plano de negócio, de forma responsável e austera, monitorando e fazendo ajustes, quando necessários, para o crescimento saudável da Companhia.

Destaques 4T21 | 2021

São Paulo, 22 de março de 2022. A Westwing Varejista S.A. (B3: WEST3) anuncia seus resultados do 4º trimestre de 2021 (4T21).

- Em 2021, o GMV cresceu 17,1% a.a., atingindo R\$ 436,4 milhões, e comparado a 2019 o crescimento foi de 129,6%;
- No 4T21, o crescimento do GMV foi de 2,4% vs 4T20, chegando a R\$109,2 milhões.
- GMV do WestwingNow cresceu 167,1% a.a. em 2021, já representando 23,4% do GMV total da Companhia no ano. No 4T21, houve crescimento de 58,0% vs 4T20, atingindo 25,7% do GMV total no período;
- O SSS da Westwing Store em 2021 cresceu 128,7% vs 2019 (período pré-pandemia), com aceleração no crescimento durante o 4T21, de +169,3% vs 4T19;
- Lançamento de 4 novas Westwing Stores durante o 4T21;
- Em 2021, nossa Receita Líquida cresceu 28,0% a.a., atingindo R\$ 313,9 milhões. No 4T21, crescemos 13,3% a.a. em Receita Líquida, totalizando R\$ 87,6 milhões;
- O número de Compradores Ativos apresentou crescimento de 9,9% a.a., encerrando 2021 com 323,2 mil compradores;
- Private Label, em 2021, aumentou 1,1pp sua representatividade no GMV vs 2020, atingindo quase 20% do GMV da Companhia em 2021;
- Em 2021, as categorias de lifestyle cresceram 2,7pp sua representatividade no GMV do Club vs 2020, atingindo 15,8% do negócio. No 4T21, esse crescimento foi ainda mais acelerado, de 3,0pp vs 4T20, atingindo 16,7% do GMV do Club;
- Westlog responsável por 43,2% das entregas no Brasil no 4T21, +25,6pp vs 4T20;
- Redução do prazo de entrega em 6,1 dias úteis no 4T21 vs 4T20.

Destaques Operacionais 4T21 | 2021

GMV

Em 2021, nosso GMV cresceu 17,1% vs 2020, muito impulsionado pelo crescimento do WestwingNow e da Westwing Store. 2020 foi um período de forte base de comparação, uma vez que houve crescimento mais acelerado, quando o GMV aumentou 96% a.a.. Isso demonstra que continuamos com crescimento bastante acelerado, especialmente se comparado ao mesmo período dois anos antes (+129,6% vs 2019). Essa análise de crescimento ano sobre dois anos mostra a evolução da Companhia sem o efeito de base do período auge da pandemia em 2020. O 4T21, por sua vez, teve crescimento de 2,4% no GMV total da Companhia.

O 4T21 foi mais um período desafiador para as categorias de casa e decoração, que tiveram queda de 25,4% a.a. na quantidade de buscas no Google, segundo dados do Google Trends. Apesar do cenário mais difícil, nosso crescimento de 2,4% a.a. no trimestre demonstra um ganho significativo de market share da Companhia, uma vez que aceleramos nosso GMV enquanto o mercado continuou em queda.

WestwingNow

O WestwingNow manteve-se com crescimento acelerado ao longo de todo ano de 2021, quando cresceu 167,1% a.a., crescendo fortemente também no 4T21 com +58,0% a.a.. Esse crescimento é derivado de alguns importantes fatores:

1. Aumento de 136% no número de SKUs disponíveis no site durante o ano, e 20% no 4T21;
2. Lançamento de novas categorias de produtos durante 2021;
3. Entregas mais rápidas, com lançamento dos novos hubs logísticos e aumento do Next Day Delivery; e
4. Maior investimento em marketing voltado para o Now (no 4T21 +12% vs 3T21).

Westwing Stores

A Westwing Store da Vila Madalena também obteve mais um período de crescimento significativo, crescendo 169,3% no 4T21 vs 4T19 (período pré-pandemia), e no ano de 2021 teve crescimento de 128,7% vs 2019, resultado das sinergias geradas de prateleira infinita na integração com os canais de venda online.

Durante o 4T21, iniciamos a expansão das nossas Stores, inaugurando quatro novas lojas:

- Ipanema;
- Shopping VillageMall, Rio de Janeiro;
- Shopping Casa Park, Brasília; e
- Campinas.

Ainda que o histórico destas lojas seja muito recente, os resultados iniciais alcançados foram encorajadores (superiores ao inicialmente previsto).

Lifestyle

As categorias de lifestyle cresceram em 2021, atingindo uma representatividade de 15,8% do GMV do Club, aumento de 2,7pp com relação a 2020. No 4T21, obtivemos crescimento de 3,0pp vs 4T20, com destaque para as categorias de eletroeletrônicos, calçados e alimentos e bebidas.

Private Label

Durante 2021, os produtos Private Label tiveram um aumento de 1,1pp em sua representatividade no GMV Club+Now, impulsionado principalmente pelo maior investimento em coleções que já haviam se mostrado bem sucedidas, assim como no lançamento de novas coleções, com +97,8% coleções lançadas vs 2020.

No 4T21, no entanto, tivemos uma redução de 1,7pp vs 4T20 na representatividade dos produtos private label por dois principais fatores: a forte base de comparação do 4T20, em que se obteve a maior representatividade histórica, e a velocidade do número de novos produtos lançados, que não acompanhou o crescimento acelerado do Now durante o período.

Clientes

Em 2021 observamos um crescimento de 9,9% no número de compradores ativos comparado a 2020, impulsionado principalmente pelos maiores investimentos em marketing.

Marketing

Em 2021 focamos em expandir nossa estratégia de marketing orgânico. Nosso investimento na produção de conteúdo foi extenso, foram mais de 500 parcerias com influenciadores e marcas renomadas, produzimos e veiculamos mais de 800 vídeos e realizamos collabs com parceiros como Leo Puzia, criando linhas de louças decorativas, e com a marca de roupas Isolda, que assinou uma coleção de mesa posta para a Westwing. Além disso, participamos do lançamento da marca Cimples, da atriz Carolina Ferraz, de porcelanas e aparelhos de jantar.

Fomos duas vezes capa da revista Casa e Jardim com parcerias com as atrizes Thaila Ayala e Giovanna Antonelli, em que redecoramos suas casas e produzimos uma série de conteúdos.

Fizemos ainda uma parceria com Bela Gil, decorando seu novo restaurante, e produzindo vídeos com dicas e receitas. Além disso, convidamos a maquiadora e apresentadora Vanessa Rozan para realizar uma curadoria de produtos de beleza e skincare que resultou em três campanhas voltadas para lifestyle no Club.

No 4T21, além das séries de vídeos "Em casa de chef..." e "O Sertão vai virar lar" com

receitas e dicas para equipar sua cozinha com as chefs Renata Vanzetto e Carla Pernambuco, tivemos dois focos principais: a *Black Friday* e a abertura de lojas com ações direcionadas para os públicos locais. Para a *black friday*, criamos a "Caça Surpresa", uma ação on-line na qual escondemos vouchers surpresas nas plataformas do Club e do Now. E nos lançamentos das lojas do Rio de Janeiro fizemos uma parceria com o aplicativo MUDE (focado em *wellness*) para gerar *awareness* sobre nossas novas lojas, realizando aulas abertas de yoga em vários locais pela cidade.

Insta + Face + Pinterest em números:

Impressões:	Alcance:
+27% em impressões vs 2020	+23% em alcance vs 2020
+22% em impressões vs 4T20	+16% em alcance vs 4T20

Influenciadores:

+114% influenciadores contratados vs 4T20 (+89 novos influenciadores contratados)
+433% influenciadores vs 2020 (+494 novos influenciadores contratados)

Vídeos:

+47,1% vídeos veiculados vs 2020 (+267 vídeos veiculados)

Operações e Logística

Continuamos avançando em nossa operação durante o 4T21:

- Redução em mais de 6 dias no prazo total de entrega vs 4T20, e ganho de 3 dias vs 3T21;
- Lançamento do hub no DF, reduzindo em 2,5 dias o prazo prometido para a região;
- Melhor 4T em nível de serviço, atingindo 98% dos pedidos entregues no prazo, mesmo com os desafios logísticos da Black Friday e Natal; e
- 64% das entregas do Now nas cidades de SP e RJ realizadas em Next Day Delivery;
- Entregas da Westlog com custo -20% menor vs transportadoras terceiras em 2021, nas regiões em que atua; e
- Manutenção dos selos RA1000 de 6 e 12 meses no Reclame Aqui.

Tecnologia

Um dos grandes focos em 2021 era o investimento na equipe de tecnologia, com a finalidade de potencializar e agilizar importantes projetos da Companhia, impulsionando a melhoria e maior segurança de nossas operações.

Com isso, importantes projetos foram implementados ao longo do ano, como:

- Novas funcionalidades no WMS para operação em múltiplos CDs;
- Melhorias importantes no ambiente de segurança da informação;
- Melhorias na tecnologia da Westlog;
- Evolução em UX: novo módulo de tracking de pedidos no site e apps; no site e apps;
- Novos meios de pagamento, com a implementação do PIX para Club e Now;
- Experiência de cliente com novas opções de autoatendimento. O lançamento da Lara, nosso bot de atendimento aos clientes, ocorreu já no início de 2022.

Global Innovation Award - GIA

Recebemos esse ano o prêmio GIA - Global Innovation Awards na categoria Loja Conceito Global, que avaliou critérios como originalidade, criatividade, apresentação, merchandising e profissionalismo.

A premiação, que é organizada pela IHA (International Housewares Association), é responsável por eleger as vitrines de lojas físicas focadas em casa e decoração mais inovadoras do mundo. Nesta edição, cujo foco é fortalecer ainda mais a evolução do setor, participaram empresas de mais de 40 países. Pela primeira vez, o Brasil recebeu a premiação máxima com o projeto da Westwing Store de Ipanema.

Destaques Financeiros 4T21 | 2021

Receita Líquida

Em 2021, a Receita Líquida cresceu 28,0% a.a., atingindo R\$ 313,9 milhões, impulsionada principalmente pelo crescimento do WestwingNow e da Westwing Store. Se compararmos ao mesmo período com 2019, com sazonalidade mais estável (pré-pandemia), o crescimento da Receita Líquida atingiu 139,8%. No 4T21, tivemos crescimento de 13,3% a.a. e de 132,2% vs 4T19 em Receita Líquida, também impactado positivamente pelos fatores acima mencionados.

Lucro Bruto & Margem Bruta

O Lucro Bruto cresceu 23,7% vs 2020, totalizando R\$ 136,8 milhões, com Margem Bruta de 43,6%, queda de 1,5pp a.a.. No 4T21, obteve aumento de 8,9% vs 4T20, atingindo R\$ 35,1 milhões e Margem Bruta de 40,0%, queda de 1,6pp, impactada pela estratégia da Companhia ao longo do ano em trazer crescimento mais acelerado para a operação, o qual, com base no histórico de alto engajamento dos clientes da Companhia, deverá potencializar o retorno sobre investimento ao longo do tempo.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais aumentaram 89,2% em relação a 2020, atingindo R\$ 209,2 milhões. No 4T21, as despesas aumentaram 46,2% vs 4T20, totalizando R\$ 58,1 milhões, impactadas pelos maiores investimentos em marketing, despesas logísticas e crescimento de time. A seguir, detalhamos dois importantes componentes das despesas operacionais, SG&A e Marketing.

SG&A

Em 2021, o SG&A aumentou em 89,9% em relação a 2020, atingindo R\$76,0 milhões no período, em linha com a nossa estratégia de um maior investimento no time de tecnologia e investimentos organizacionais de maneira geral, para suportar o nosso crescimento ao longo dos próximos anos.

Importante ressaltar que a expansão de lojas físicas durante o 4T21 impactou as despesas em 1,6pp, ou seja, excluindo o efeito da expansão, o SG&A seria de 26,3% da receita líquida.

Marketing

Em 2021, os investimentos em marketing aumentaram 5,3pp como % da receita líquida em relação 2020, atingindo 9,8% ou R\$ 30,9 milhões, refletindo a estratégia da Companhia em acelerar a captação de novos clientes, e especialmente pelo investimento na campanha de brand awareness durante os dois últimos trimestres do ano, no montante de R\$ 7,8 milhões. Excluindo esse impacto da campanha de branding, o investimento de marketing representou 7,4% da receita líquida, crescimento de 3,2 pp vs 2020.

EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado em 2021 foi de -R\$ 37,6 milhões, redução de R\$ 45,1 milhões em relação a 2020, em função da pressão em margem bruta e dos maiores investimentos na operação da Companhia durante o período.

Resultado Líquido

Em 2021 o resultado líquido atingiu -R\$ 42,1 milhões, R\$ 53,8 milhões abaixo do resultado 2020, impactado pela redução de margem bruta e, principalmente, pelas despesas *one-off* (IPO), pelos investimentos em marketing e estrutura organizacional da Companhia.

Demonstrações do Resultado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)				
	Nota	2021	2020	
Receita operacional líquida	18	313.939	245.254	
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	19	(177.106)	(134.606)	
Lucro bruto		136.833	110.648	
Despesas operacionais				
Despesas com vendas	19	(108.818)	(66.152)	
Despesas gerais e administrativas	19	(101.076)	(44.434)	
Outras receitas operacionais, líquidas	8	8.445	—	
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social		(63.916)	62	
Receita financeira		17.060	4.091	
Despesas financeiras		(7.688)	(10.318)	
Resultado financeiro	20	9.372	(6.227)	
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(54.544)	(6.165)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.3	12.393	17.866	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(42.151)	11.701	
Lucro líquido (prejuízo) por ação ordinária - básico	22	(0,3828)	0,1642	
Lucro líquido (prejuízo) por ação ordinária - diluído	22	(0,3605)	0,1594	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)				
	2021	2020		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(42.151)	11.701		
Outros resultados abrangentes líquidos a serem reclassificados para o resultado do exercício em período subsequente	—	—		
Total do resultado abrangente do exercício	(42.151)	11.701		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	263.766	29.931	Fornecedores	12	42.907	39.583
Aplicações financeiras	11	2.657	1.899	Obrigações trabalhistas		10.835	6.497
Instrumentos financeiros derivativos	24.3	—	369	Empréstimos	13	2.998	7.190
Contas a receber	6	31.836	8.872	Passivo de arrendamento	11	6.783	1.416
Estoques	7	47.821	20.147	Receita diferida	14	6.552	24.020
Impostos a recuperar	8	1.509	91	Plano de remuneração baseado em ações	23	543	—
Outros		5.110	1.510	Obrigações tributárias	15.2	2.534	3.143
Total do ativo circulante		352.699	62.819	Partes relacionadas		8	8
Não circulante				Total do passivo circulante		73.160	81.857
Depósitos judiciais	16.1	15.783	2.246	Não circulante			
Impostos a recuperar	8	11.682	—	Empréstimos	13	—	3.635
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.1	42.827	19.998	Passivo de arrendamento	11	25.512	918
Direito de uso - arrendamento mercantil	11	31.083	2.133	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	16	8.221	5.010
Imobilizado	9	28.037	6.114	Obrigações tributárias	15.2	3.760	2.109
Intangível	10	8.859	4.567	Total do passivo não circulante		37.493	11.672
Total do ativo não circulante		138.271	35.058	Patrimônio líquido	17		
				Capital social		470.891	40.224
				Custos de transação - emissão de ações		(19.835)	—
				Reserva de capital		8.075	787
				Prejuízos acumulados		(78.814)	(36.663)
				Total do patrimônio líquido		380.317	4.348
				Total do passivo e patrimônio líquido		490.970	97.877

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Capital social	(-) Custos de transação - oferta inicial de ações	Reserva de capital		Prejuízos acumulados	Total
			Pagamento baseado em ações	Ágio na emissão de ações		
Saldos em 31 de dezembro de 2019						

WESTWING

Westwing Comércio Varejista S.A.

CNPJ nº 14.776.142/0001-50



→☆ continuação

Demonstrações dos Valores Adicionados - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)		
	2021	2020
Receitas	396.396	317.850
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	396.396	317.850
Insumos adquiridos de terceiros	(292.277)	(192.046)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(175.073)	(131.975)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(116.139)	(58.651)
Perda/recuperação de ativos	(1.065)	(1.420)
Valor Adicionado Bruto	104.119	125.804
Retenções	(11.768)	(4.062)
Depreciação e amortização	(11.768)	(4.062)
Valor adicionado líquido produzido	92.351	121.742
Valor adicionado recebido em transferência	17.060	4.091
Receitas financeiras	17.060	4.091
Valor adicionado total a distribuir	109.411	125.833
Distribuição do valor adicionado	(109.411)	(125.833)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	2021	2020
Pessoal	(65.472)	(37.198)
Remuneração direta	(47.197)	(27.451)
Benefícios	(15.119)	(7.925)
F.G.T.S.	(3.156)	(1.822)
Impostos, taxas e contribuições	(75.461)	(64.418)
Federais	(31.257)	(15.899)
Estaduais	(42.717)	(46.374)
Municipais	(1.487)	(2.145)
Remuneração de capitais de terceiros	(10.628)	(12.516)
Aluguéis	(3.943)	(2.315)
Despesas financeiras	(6.384)	(10.201)
Outros	(302)	-
Remuneração de capitais próprios	42.151	(11.701)
(Lucros retidos) Prejuízos	42.151	(11.701)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(54.544)	(6.165)
Ajuste para conciliar o resultado da caixa:		
Crédito de PIS e COFINS sobre exclusão do ICMS da base de cálculo	(8.445)	-
Depreciação e amortização	11.768	4.042
Provisão (reversão) para realização de estoques	1.859	2.029
Provisão para devoluções de vendas	515	2.431
Provisão para demandas judiciais	3.586	2.377
Juros sobre contratos de arrendamentos	2.892	278
Variação cambial sobre empréstimos	37	3.422
Juros sobre contrato de empréstimos	545	822
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(50)	(3.179)
Atualização monetária PIS/COFINS	(3.237)	-
Plano de remuneração baseado em ações	2.124	509
Variação nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	(23.479)	(3.558)
Estoques	(29.533)	(13.354)
Impostos a recuperar	(11.854)	-
Outros ativos	(3.600)	(729)
Depósitos judiciais	(13.537)	(654)
Fornecedores	3.324	31.208
Obrigações trabalhistas	4.338	2.241
Obrigações tributárias	1.042	1.511
Receita diferida	(17.468)	(12.192)
Pagamentos de processos cíveis e trabalhistas	3.757	(154)
Partes Relacionadas	-	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(2.131)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(134.092)	33.138
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Caixa proveniente de incorporação	-	648
Adições ao imobilizado	(24.991)	(4.102)
Adições ao intangível	(5.851)	(3.814)
Aplicações financeiras	(758)	(1.831)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(31.600)	(9.099)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Liquidação de derivativos	419	2.842
Empréstimos contratados	-	14.422
Aumento de capital - exercício de opções	6.079	-
Aumento de capital - oferta pública inicial de ações, líquido dos custos	410.460	-
Amortização de empréstimos - principal	(7.886)	(12.294)
Amortização de empréstimos - juros	(523)	(747)
Pagamentos de passivo de arrendamento	(9.022)	(2.667)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	399.527	1.556
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	233.835	25.595
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	29.931	4.336
No final do exercício	263.766	29.931
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	233.835	25.595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional

A Westwing Comércio Varejista S.A. ("Companhia" ou "Westwing") é uma sociedade anônima com sede na Avenida Queiroz Filho, 1700 - Vila Hamburguesa, cidade de São Paulo - SP. A Westwing era uma empresa Eireli (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada) até setembro de 2020, e teve sua denominação alterada para sociedade anônima em 29 de setembro de 2020, em conexão com a intenção da Companhia de registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Westwing foi fundada na Alemanha em abril de 2011 e chegou ao Brasil em novembro do mesmo ano. Em outubro de 2018, o fundo de Private Equity Axson Group comprou a operação brasileira, tornando-se o controlador da Companhia. A Companhia tem como objeto social a comercialização de móveis, artigos para decoração, roupas e acessórios em geral majoritariamente através de seu website e de suas plataformas para aplicativos *mobile*. Seu modelo de vendas é baseado em curadorias, onde todos os dias são lançadas cerca de seis novas campanhas com temas diversos, com 50 a 400 produtos diferentes cada. A Companhia é reconhecida por seus clientes como inovadora e que apresenta com frequência produtos de qualidade e diversificados. A Companhia que é altamente inserida no setor de e-commerce, desenvolve a cada ano novas soluções tecnológicas para que a experiência de compra de seus clientes seja cada vez melhor. A Administração da Companhia já colocou em prática um plano estratégico de crescimento e desenvolvimento de novos negócios atrelados a *Home and Living*, cuja expectativa para os próximos 5 anos é de adicionar valor à Companhia contribuindo com os demais fatores. **Situação econômico-financeira:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou capital circulante líquido positivo de R\$279.539 (negativo de R\$19.038 em 31 de dezembro de 2020). A evolução do capital circulante foi derivada principalmente da oferta pública inicial de ações comentada abaixo. A Companhia tem como estratégia continuar com o foco de investimentos nos três pilares estratégicos: (i) acelerar core business (continuando investimento em marketing para ampliação da base de clientes, expansão da Westlog e investimentos em tecnologia), (ii) expandir o mercado endereçável (com crescimento do Westwing Now, expansão do varejo físico e crescimento das categorias lifestyle) e (iii) ampliação da participação do Private Label. Com isso a Administração da Companhia apresenta projeções de resultado e fluxo de caixa futuros, onde há a expectativa de auferir lucros operacionais e de gerar fluxos de caixa positivos, os quais serão suficientes para manter o capital circulante líquido positivo. **Oferta pública inicial (Initial Public Offering - "IPO"):** Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de fevereiro de 2021 foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$430.295 em decorrência de oferta pública de ações, que resultou na emissão de 33.099.562 ações ordinárias com preço de emissão unitário de R\$13,00 (treze reais). Considerando este aumento de capital e a venda de ações secundárias detidas pelo controlador, após o IPO, 98,8% das ações da Companhia ficaram disponíveis para negociação no mercado por meio da B3, bolsa de valores de São Paulo, sob o código de negociação "WEST3". **Covid-19:** Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde - OMS decretou que o surto do Coronavírus (Covid-19) configura uma pandemia em escala global. Desde então, a pandemia tem afetado os negócios e as atividades econômicas em escala global, podendo afetar a disponibilidade de determinadas mercadorias comercializadas pela Companhia. A Companhia, desde o início, instituiu comitês extraordinários, que vem acompanhando a evolução da pandemia e em 2021 manteve algumas medidas adotadas em 2020 para garantir a segurança de seus funcionários e para que o impacto da Covid-19 não afetasse suas operações. (i) home-office para trabalhadores nas áreas administrativas, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes; e (ii) para os funcionários que trabalham no centro de distribuição, a Companhia manteve os protocolos de segurança estabelecidos pelas autoridades públicas competentes. Nenhum ajuste foi efetuado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em decorrência dos efeitos da Covid-19. Entretanto, para fins de divulgação, seguindo as orientações dos Ofícios Circulares/CVM/SNC/SEP nº 02/20 e nº 03/200, e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos do Covid-19, a Companhia revisou as estimativas contábeis relacionadas abaixo: (i) Perdas estimadas do contas a receber: A Companhia historicamente não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, devido os seus recebíveis estarem substancialmente em operadoras de cartões, minimizando o risco do não recebimento. O advento do COVID-19 não teve impacto na forma de venda de nossos produtos, que continua concentrada em operadoras de cartões. Dessa forma, o COVID-19 não teve impacto em relação a esse assunto. (ii) Valor de recuperação dos estoques: Em relação ao valor de recuperação dos estoques, a Companhia não apurou nenhuma oscilação relevante em relação aos custos de aquisição. A margem bruta manteve-se estável em relação a 2020. (iii) Realização de imposto de renda diferido ativo: O incremento de nossas atividades de e-commerce, motivadas inclusive pela pandemia do COVID-19, proporcionou o reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos durante o exercício, cuja recuperabilidade está baseada em estudos de lucros tributários futuros estimados pela Administração. (iv) Avaliação de não recuperação dos ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso imobiliários: Não foi observada nenhuma evidência que afete a recuperação desses ativos. (v) Identificação dos descontos obtidos em contratos de arrendamento que estão relacionados com a COVID 19: A Companhia não teve nenhum desconto recebido de nossos locadores nos contratos de arrendamento. Portanto, não houve impacto também desse item. Dada da natureza das vendas da Companhia, feitas substancialmente por meio de *e-commerce*, as operações têm se mostrado resilientes aos efeitos da pandemia, sendo observado um crescimento das vendas no exercício de 2021. Além disso, a Companhia vem adotando estratégias de preservação do caixa e, com a oferta pública de ações, captou um volume relevante de recursos financeiros para fortalecer a posição de caixa e permitir investimentos para expansão.

2 Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

Declaração de conformidade e base de elaboração: As demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 23 de março de 2022.

3 Políticas Contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia.

Para que um ativo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de variação de seu valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data de encerramento das demonstrações financeiras, e marcados a valor justo, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício. **3.2 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas e mantidas nos balanços pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos que não

apresenta diferença relevante para o valor presente destes. A provisão para perda do valor recuperável, se aplicável, é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. **3.3 Estoques:** Os estoques são inicialmente avaliados ao custo médio ponderado histórico. Porém, a cada encerramento de exercício, a Companhia promove ajustes para que os seus estoques sejam apresentados nas demonstrações financeiras ao custo histórico ou valor realizável líquido, dos dois o menor. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda, incluindo nestes os impostos sobre vendas. O cálculo para se chegar ao valor realizável líquido é feito para cada item, ou grupo de itens semelhantes. Os estoques da Companhia em sua totalidade são apresentados no circulante, pois espera-se que no curso normal das atividades estes sejam vendidos dentro de até doze meses. **3.4 Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. São registrados pelo valor de desembolso do depósito. **3.5 Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **A Companhia como arrendatária:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor conforme definido pelo CPC 06 R2/IFRS 16. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. *Ativos de direito de uso:* A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento inicialmente reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, a estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo do arrendamento. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. *Passivos de arrendamento:* Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento brutos de PIS e COFINS pelo prazo do contrato e renovação quando esta seja permitida pelo contrato e intenção da Companhia. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Quando aplicável, os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental nominal na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente, quando aplicável. *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:* A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia não possui contratos de arrendamento em que atua como arrendadora. **3.6 Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Companhia. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. O valor residual e vida útil dos ativos e o método de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.7 Intangível:** Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são definidos no momento de seu reconhecimento inicial. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. O valor residual e vida útil dos ativos e o método de amortização são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **Capitalização de Intangível desenvolvido internamente:** A Companhia possui ativo intangível gerado internamente para gestão do estoque, plataformas de vendas online e módulos auxiliares, estando este em fase de desenvolvimento, o qual a Companhia está capitalizando a mão de obra e as despesas essenciais das atividades de desenvolvimento, em concordância com as premissas estabelecidas pelo CPC 04 (R1)/IAS 38. **3.8 Classificação de Corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de deferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais como passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.9 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A verificação do valor residual de um ativo pode ser elaborada de maneira individual ou por meio de um agrupamento em unidades geradoras de caixa. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

3.10 Empréstimos: São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são subsequentemente registrados ao custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método de taxa efetiva de juros. **3.11 Provisões: Geral:** As provisões são reconhecidas pela Companhia quando se tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para demandas judiciais:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.12 Pagamento baseado em ações e outros benefícios a funcionários e administradores:** Alguns executivos chave recebem pagamentos baseados em ações, nos quais eles prestam serviços em troca de ações ordinárias (instrumentos patrimoniais) emitidas pela Companhia. O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de avaliação externo, o qual utiliza um método de avaliação apropriado. Esse custo é reconhecido em despesas com pessoal em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (reservas de opções outorgadas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou *vesting period*). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de fechamento das demonstrações financeiras até a data de aquisição (*vesting date*) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício representa a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão cumpridas e os títulos adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições atinentes, mas que não possuam uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição de direito. Condições de não aquisição de direito são refletidas no valor justo da outorga e levam ao lançamento imediato da outorga como despesa, a não ser que também existam condições de serviço e/ou desempenho. Nenhuma despesa é reconhecida para outorgas que completam o seu período de aquisição por não terem sido cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços. Quando as outorgas incluem uma condição de mercado ou uma condição de não aquisição de direito, as transações são tratadas considerando o direito como adquirido independentemente de a condição de mercado ou a condição de não aquisição de direito ser satisfeitas, desde que todas as outras condições de desempenho e/ou serviços sejam satisfeitas. Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela Companhia ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado. O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluída. A Companhia não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou de benefícios pós emprego para os funcionários e administradores. **3.13 Reconhecimento da receita:** A Companhia adotou a política de apresentar a receita de contrato com cliente como uma única linha na demonstração do resultado, separadamente de outras fontes de receitas. **Venda de produtos:** A norma CPC 47/IFRS 15 define uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita deve ser reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, com base em um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: (i) A identificação do contrato com o cliente; (ii) A identificação das obrigações de desempenho; (iii) A determinação do preço da transação; (iv) A alocação do preço da transação; e (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e os descontos. Parte relevante das vendas é efetuada por meio de cartão de crédito, sendo as despesas com comissão dos cartões de crédito reconhecidas como despesas com vendas. A Companhia opera substancialmente com e-commerce, sendo a receita reconhecida quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente, que representa o momento em que a obrigação de desempenho é cumprida. **Intermediação de negócios:** Refere-se a comissões de intermediações de vendas, que são realizadas pelo site da Companhia. Os valores relativos a essa venda são repassados ao fornecedor descontada a comissão de intermediação da Companhia. **Receita de juros:** Para todos os ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado. **3.14 Tributação: Impostos sobre vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos

→☆ continua



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadãori.estadao.com.br/publicacoes/>

WESTWING

Westwing Comércio Varejista S.A.

CNPJ nº 14.776.142/0001-50



—☆ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Alíquotas

7% a 18%
7,60%
1,65%

Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS)
Contribuição para Seguridade Social (COFINS)
Programa de Integração Social (PIS)

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos. **Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios. A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ativo ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: • Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos são revisados a cada data do balanço e são mantidos, se aplicável, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados a taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido ativo e passivo são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados a mesma entidade tributada e sujeitos a mesma autoridade tributária. **3.15 Lucro por ação:** O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações da Companhia pelo número médio ponderado de ações durante o exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ação da Companhia pela quantidade média ponderada de ação disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas em ações efetivas. Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação. Na data da apresentação das demonstrações financeiras, o único instrumento dilutivo que a Companhia possui refere-se ao plano de remuneração baseado em ações. **3.16 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Os ativos financeiros são classificados em três categorias, baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou abrangente. A provisão para não recuperação de ativos financeiros (*impairment*), quando aplicável, é calculada com base num modelo híbrido entre perdas esperadas e incorridas. **Ativos financeiros - Custo amortizado:** São reconhecidos ao custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. **Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado:** São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. **Ativos financeiros - Mensuração inicial:** No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente:** • Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Redução ao valor recuperável:** Quando aplicável, a Companhia reconhece provisão para perda de crédito esperado para seus ativos classificados ao custo amortizado. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos e em modelos construídos para esse fim. **Passivos financeiros - Reconhecimento inicial:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e contas a pagar). **Passivos financeiros - Mensuração subsequente:** • Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • Valor justo por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **3.17 Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03(R2) /IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa os juros pagos como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros. **3.18 Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS. A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros, (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **3.19 Segmento operacional:** A Companhia possui um único segmento operacional que é utilizado pela Administração para fins de análise e tomada de decisão. **3.20 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência:** As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021:** As alterações preveem concessão

aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma. **3.21 Pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não vigentes:** Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, os seguintes pronunciamentos e alterações foram emitidos, mas ainda não vigentes: • IFRS 17 - Contratos de Seguros (que será codificado como CPC 50); • Alterações no CPC 26 (R1)/IAS 1 envolvendo a classificação como passivo circulante e não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. As alterações serão vigentes a partir de 1 de janeiro de 2023. De acordo com avaliação prévia da Administração, essas normas e alterações não trarão impacto em suas demonstrações financeiras.

4 Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e aplicar estimativas que afetam os valores contábeis dos ativos e passivos. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e outros fatores considerados razoáveis nas circunstâncias atuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos seus respectivos valores reais. As estimativas e premissas são reconhecidas prospectivamente. As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de encerramento do exercício, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir: **Ativo imobilizado e intangível:** O tratamento contábil dos ativos imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão. Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado ou intangível, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do exercício. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização bem como o momento e o montante esperado desta. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização. **Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária):** A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benéficas ou customizações significativas no ativo arrendado). Mudanças ou reavaliações do prazo de arrendamento podem afetar significativamente os saldos remanescentes de ativo por direito de uso e passivos de arrendamentos. **Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:** A Companhia não possui informações disponíveis para determinar prontamente a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamentos e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos (como o rating de crédito, spreads históricos em relação ao CDI negociados com instituições financeiras, por exemplo). **Transações com pagamentos baseados em ações:** A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e das condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com executivos chave baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. **Imposto de renda e contribuição social:** Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **Provisão para demandas judiciais:** A Companhia é parte em processos cíveis e trabalhistas conforme descrito na Nota 16. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referente a processos que representam perdas prováveis (obrigação presente, resultante de evento passado e provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação, com estimativa confiável de valor). A avaliação da probabilidade de perda inclui a opinião dos consultores jurídicos externos e suas estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5 Caixa e Equivalente de Caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições para uso, têm vencimento original de curto prazo, são de alta liquidez e prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitos a risco de mudança de valor.

	2021	2020
Caixa	2	3
Bancos	3.589	961
Aplicações financeiras	260.175	28.967
	263.766	29.931

9 Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Instalações e benfeitorias	Outros	Total
Taxas de depreciação anual	10%	20%	10%	20%	33%	10%	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	979	141	667	913	88	98	2.886
Adições	1.122	103	902	1.772	190	13	4.102
Depreciação	(172)	(51)	(179)	(395)	(63)	(14)	(874)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.929	193	1.390	2.290	215	97	6.114
Adições	6.331	-	1.942	2.599	14.120	(1)	24.991
Depreciação	(538)	(28)	(271)	(801)	(1.416)	(14)	(3.068)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.722	165	3.061	4.088	12.919	82	28.037
Saldos em 31 de dezembro de 2020							
Custo	2.463	275	2.356	4.102	1.659	145	11.000
(-) Depreciação acumulada	(534)	(82)	(966)	(1.812)	(1.444)	(48)	(4.886)
Valor residual	1.929	193	1.390	2.290	215	97	6.114
Saldos em 31 de dezembro de 2021							
Custo	8.794	275	4.298	6.701	15.779	144	35.991
(-) Depreciação acumulada	(1.072)	(110)	(1.237)	(2.613)	(2.860)	(62)	(7.954)
Valor residual	7.722	165	3.061	4.088	12.919	82	28.037

A Companhia não possui ativos dados em garantias a terceiros. A Administração não identificou indicadores de potencial não recuperação dos ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

10 Intangível

	Licenças e softwares	Software desenvolvido internamente	Total
Taxa de amortização	20% a.a.	Média 20% a.a.	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	106	1.399	1.505
Adições	368	3.446	3.814
Amortização	(343)	(409)	(752)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	131	4.436	4.567
Adições	196	5.655	5.851
Amortização	(56)	(1.503)	(1.559)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	271	8.588	8.859
Saldos em 31 de dezembro de 2020			
Custo	507	4.991	5.498
(-) Amortização acumulada	(376)	(555)	(931)
Valor residual	131	4.436	4.567

As aplicações financeiras são representadas em sua maioria por aplicações em fundos de investimento de baixo risco que buscam rentabilidade próxima a variação do CDI, aplicações em CDBs e operações compromissadas (somente o montante de R\$2.503 representa aplicações financeiras em fundos cambiais). Tais aplicações permitem o resgate imediato sem perda substancial no valor dos ativos. O conjunto das aplicações são substancialmente remuneradas por taxas que resultam em média entre 99,5% e 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2021. (85% a 101% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

6 Contas a Receber

	2021	2020
Operadoras de cartão	29.213	5.726
Intermediação de negócios	4.494	4.502
Provisão para devoluções	(1.871)	(1.356)
	31.836	8.872

	2021	2020
Saldo inicial	1.356	621
Provisões	3.101	2.431
Baixas por devoluções efetivas	(2.586)	(1.696)
Saldo final	1.871	1.356

	2021	2020
A vencer em até 30 dias	8.005	5.214
31 a 60	3.532	266
61 a 90	4.644	383
91 a 120	2.762	227
> 120 dias	14.764	2.782
	33.707	8.872

A Companhia entende que não há necessidade de constituição de perdas com recebíveis, devido os seus recebíveis estarem substancialmente em operadoras de cartões, minimizando o risco do não recebimento.

7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, inferiores ao valor de realização. Quando aplicável, é constituída uma provisão para redução ao valor líquido de realização dos estoques.

	2021	2020
Mercadoria para revenda	46.465	15.630
Mercadoria em poder de terceiros	1.209	1.771
Estoque em trânsito	1.934	1.579
Mercadoria de terceiros	38	230
Embalagens	922	1.825
(-) Provisão para ajuste ao valor de realização dos estoques (i)	(2.747)	(888)
	47.821	20.147

(i) Dentro do ciclo normal das atividades, alguns produtos vendidos são posteriormente devolvidos pelos clientes ou então possuem um giro lento de realização. Caso estejam em perfeito estado e prontos para revenda, esses produtos podem ser revendidos por preços abaixo de seu custo de aquisição. Dessa forma, uma provisão é efetuada para ajustar os estoques ao seu valor recuperável.

	2021	2020
Saldo Inicial	888	119
Provisões para perdas de estoque (Reversões) no ajuste de provisão para perdas	5.012	2.029
	(3.153)	(1.260)
Saldo final	2.747	888

8 Impostos a Recuperar

	2021	2020
Créditos extemporâneos de PIS/COFINS a recuperar (i)	11.682	-
ICMS a recuperar (ii)	1.411	-
INSS a recuperar	47	48
IRRF a recuperar	-	43
IPI a recuperar	51	-
Total	13.191	91
Circulante	1.509	91
Não circulante	11.682	-

(i) **ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS:** Em 19 de dezembro de 2016, a Companhia impetrou Mandado de Segurança contra ato proferido pelo Delegado da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em São Paulo - 8ª Região Fiscal, visando afastar a cobrança do PIS e da COFINS com inclusão dos valores de ICMS em sua base de cálculo, bem como, que fosse declarado o direito de compensação com quaisquer tributos administrados pela Receita Federal do Brasil. Ou seja, antes do prazo estabelecido pelo STF para fins de modulação de efeitos. No curso processual foi concedida medida liminar, posteriormente confirmada em sentença, para determinar a exclusão do ICMS destacado em nota fiscal da base de cálculo da contribuição para o PIS e COFINS, assim como, declarar o direito à compensação. A Fazenda Nacional opôs Recurso de Apelação, tendo sido julgado improvido e, posteriormente, Recurso Extraordinário. Enquanto se aguardava o julgamento dos Embargos de Declaração pelo STF, houve determinação de sobrestamento do feito por decisão dos Desembargadores do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em outubro de 2018 a Receita Federal publicou Solução de Consulta Interna COSIT 13 determinando que o ICMS pago deveria ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em maio de 2021, o STF confirmou que o ICMS destacado na nota fiscal deve ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, e não somente o ICMS pago. Com esta decisão favorável, a Companhia apurou, juntamente com os seus consultores externos, os valores dos tributos indevidamente recolhidos desde dezembro de 2011, considerando os aspectos relacionados ao tema no que concerne à quantificação dos créditos, ao método de atualização monetária dos montantes, bem como as perspectivas da sua realização mediante a compensação com tributos federais a recolher. Desta forma, foi registrado o montante de R\$11.682 em 31 de dezembro de 2021, na rubrica "Impostos a recuperar", em contrapartida das rubricas "Outras receitas operacionais" no montante de R\$8.445, e "Receitas Financeiras" no montante de R\$3.238 (Nota 20). (ii) **ICMS substituição tributária:** No ano de 2021, a Administração revisou os critérios de apuração de créditos de ICMS decorrentes de substituição tributária. Em consequência dessa revisão, a Companhia registrou o montante de R\$1.411 de impostos a recuperar relativo a esse tema.

	Licenças e softwares	Software desenvolvido internamente	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021			
Custo	703	10.646	11.349
(-) Amortização acumulada	(432)	(2.058)	(2.490)
Valor residual	271	8.588	8.859

A Administração não identificou indicadores de potencial não recuperação dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

11 Arrendamentos

	2021	2020
Direito de uso		
Saldo em 31 de dezembro de 2019		2.866
Novos contratos		1.343
Amortização		(2.416)
Remensuração		340
Saldos em 31 de dezembro de 2020		2.133

—continua—☆



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

WESTWING

Westwing Comércio Varejista S.A.

CNPJ nº 14.776.142/0001-50



☆ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Direito de uso		
Novos contratos	36.091	2025
Amortização	(7.141)	2026
Saldos em 31 de dezembro de 2021	31.083	2027
		2028

Passivo de arrendamento a pagar		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.040	
Novos contratos	1.343	
Pagamentos	(2.667)	
Apropriação de juros	278	
Remensuração	340	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.334	
Novos contratos	36.091	
Pagamentos	(9.022)	
Apropriação de juros	2.892	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	32.295	

Circulante	6.783	
Não circulante	25.512	
Na rubrica direito de uso, estão registrados os contratos de locação da Companhia que se referem a imóveis onde estão instaladas a loja, centro de distribuição e prédio administrativo. A amortização é calculada em bases lineares pelo prazo vigente do contrato, mais uma renovação, quando aplicável, sendo contabilizada em resultado, conforme sua natureza, em despesa de vendas ou gerais e administrativas. Tais contratos tem uma duração de locação que varia de 1 a 5 anos e normalmente são renovados por pelo menos mais um período do contrato sem alterações relevantes em seus termos e condições. Além disso esses contratos determinam que os pagamentos mínimos são reajustados anualmente pelos índices de inflação, que variam de acordo com as negociações com o locador. Como garantia a esses contratos firmados, a Companhia possui aplicações financeiras em títulos de capitalização, no montante de R\$2.657 (R\$1.899 em 31 de dezembro de 2020). A taxa média ponderada dos juros de empréstimos incremental aplicado no cálculo do desconto a valor presente dos arrendamentos foi de 11,55% a.a. (10,3% a.a. em 31 de dezembro de 2020), apurada sobre as transações históricas de captação de recursos obtida pela Companhia junto a instituições financeiras e ajustes de risco e garantias. O valor de arrendamentos a pagar vencendo a longo prazo está assim distribuído:		

	Pagamentos	Crédito potencial de PIS e COFINS
Pagamentos mínimos em 2022	9.784	905
Pagamentos mínimos em 2023	9.783	905
Pagamentos mínimos em 2024	9.589	887
Pagamentos mínimos em 2025	8.950	828
Pagamentos mínimos em 2026	1.646	152
Total	39.752	3.677
Ajuste a valor presente dos pagamentos mínimos	(14.240)	
Valor presente dos pagamentos mínimos	25.512	

Informações adicionais - *Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019*: Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº 02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC06 (R2) / IFRS 16 na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação. Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do CPC06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal). Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das informações financeiras intermediárias.

A comparação dos saldos dos fluxos de arrendamentos, com e sem a projeção de inflação, está demonstrada abaixo:

	2021	2022	2023	2024	2025
Passivo de arrendamento					
Projeção Real (IPCA)	36.026	31.304	23.177	13.151	2.168
Projeção Real nominal (contabilizado)	32.295	25.512	18.006	9.895	1.583
Encargos Financeiros					
Projeção Real (IPCA)	3.226	3.685	2.931	1.965	874
Projeção Real nominal (contabilizado)	2.892	3.003	2.277	1.479	639
Despesa de Depreciação					
Projeção Real (IPCA)	7.966	8.631	9.874	9.961	9.564
Projeção Real nominal (contabilizado)	7.141	7.034	7.671	7.495	6.987
Total de Despesa					
Projeção Real (IPCA)	11.192	12.316	12.805	11.926	10.438
Projeção Real nominal (contabilizado)	10.033	10.037	9.948	8.974	7.626

Para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, a Companhia avaliou se os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizados (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal), representariam um impacto material sobre as demonstrações financeiras. A Administração concluiu que não há efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras, e, portanto, não está apresentando o quadro dos saldos dos passivos de arrendamento e ativo por direito de uso comparando o fluxo real x taxa nominal com o fluxo nominal x taxa nominal.

12 Fornecedores	2021	2020
Fornecedores nacionais	42.869	39.353
Mercadorias de terceiros	38	230
	42.907	39.583

13 Empréstimos	2021	2020
Itaú	1.718	1.718
Itaú	2.333	6.638
Itaú	665	1.323
CEF	1.146	1.146
	2.998	10.825
Passivo circulante	2.998	7.190
Passivo não circulante	—	3.635
	2.998	10.825

As linhas de financiamento externo na modalidade Resolução 4131 (atrelados à variação do Euro mais juros de 3 a 4% ao ano) foram liquidadas durante o primeiro trimestre de 2021. Os derivativos (NDF) de mesmo montante e prazo, utilizados para proteção dos efeitos da variação cambial, também foram liquidados no mesmo período. Durante o primeiro semestre de 2021, a Companhia liquidou antecipadamente o empréstimo de capital de giro com a Caixa Econômica Federal, que vencia originalmente no exercício de 2023. Não há cláusulas restritivas (covenants) associadas a estes empréstimos. Os contratos possuem como garantia recebíveis da Companhia.

14 Receita Diferida	2021	2020
Adiantamento de clientes	2.450	20.366
Vendas faturadas em trânsito	4.102	3.654
	6.552	24.020

Adiantamento a clientes refere-se a vendas realizadas nas plataformas de e-commerce que ainda não foram faturadas para os clientes. Vendas faturadas em trânsito refere-se a vendas faturadas, mas que ainda não foram entregues aos clientes, estando em poder da transportadora ou em rota de entrega. Essas vendas são reconhecidas somente após a entrega efetiva aos clientes.

15 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos e Obrigações Tributárias	2021	2020
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	16.214	11.296
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.703	(1.328)
Provisão para bônus a funcionários	664	218
Varição cambial não realizada	589	(589)
Provisão para devolução de vendas	461	175
Provisão plano de remuneração baseado em ações	—	185
Outras diferenças temporárias	367	2.436
	19.998	12.393
	10.436	42.827

A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A Companhia estima que, o saldo de imposto de renda diferido será consumido até 2028.

2021	2020
1.658	1.658
7.573	7.573
14.594	14.594
19.002	19.002
42.827	42.827

2021	2020
45	71
1.134	1.333
186	119
923	550
3.759	2.109
73	936
174	134
6.294	5.252
2.534	3.143
3.760	2.109

(i) A Companhia está discutindo judicialmente o direito de crédito de PIS e COFINS sobre despesas de propaganda, e está depositando em juízo os montantes relativos a essa discussão. O saldo de depósitos judiciais registrado no ativo não circulante, no valor de R\$2.516 (R\$ 233 em 2020) refere-se substancialmente a esse tema.

2021	2020
(54.544)	(6.165)
34%	34%
18.545	2.096
(3.356)	16.214
(234)	(54)
(2.562)	(390)
12.393	17.866
23%	290%
—	—
12.393	17.866

Imposto de renda e contribuição social - corrente
Imposto de renda e contribuição social - diferido

16 Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(54.544)	(6.165)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	18.545	2.096
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos constituído no período	(3.356)	16.214
Despesas permanentemente indutíveis	(234)	(54)
Outras adições e exclusões temporárias	(2.562)	(390)
Imposto de renda e contribuição social	12.393	17.866
Alíquota efetiva	23%	290%
Imposto de renda e contribuição social - corrente	—	—
Imposto de renda e contribuição social - diferido	12.393	17.866

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas e cíveis. A Administração possui um sistema de monitoramento de suas ações judiciais e administrativas, conduzido por advogados externos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, efetua a análise das demandas judiciais e constitui provisão em montante julgado suficiente para cobrir as perdas prováveis.

16.1 Depósitos judiciais	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.592	674
Adições	674	(20)
Baixas	(20)	2.246
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.246	13.579
Adições	13.579	(42)
Baixas	(42)	15.783
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15.783	

Os depósitos efetuados no período anual findo em 31 de dezembro de 2021 referem-se a (i) R\$2.517 correspondente a discussão do PIS e COFINS sobre despesas com propaganda; (ii) R\$9.846 referente a discussão do diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL) sobre as vendas para outros Estados. Considerando o entendimento dos advogados da Companhia, nenhuma provisão foi registrada sobre esse montante; e (iii) R\$1.216 relativo à discussão da inconstitucionalidade da cobrança de contribuições ao sistema S (Senal, Sebrae, Sesi, Senac) pela alíquota de 5,8% sobre a folha de pagamento, enquanto no entendimento da Administração, essas contribuições devem ser limitadas a 20 salários-mínimos. Considerando o entendimento dos advogados da Companhia, nenhuma provisão foi registrada sobre esse montante.

16.2. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas e cíveis. A Administração possui um sistema de monitoramento de suas ações judiciais e administrativas, conduzido por advogados externos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, efetua a análise das demandas judiciais e constitui provisão em montante julgado suficiente para cobrir as perdas prováveis.

Movimentação das provisões	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	278	2.509	2.787
Provisões (reversões)	158	2.065	2.223
Saldos em 31 de dezembro de 2020	436	4.574	5.010
Saldos em 31 de dezembro de 2020	436	4.574	5.010
Provisões (reversões)	834	2.752	3.586
Pagamentos	(234)	(141)	(375)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.036	7.185	8.221

A provisão para demandas trabalhistas refere-se substancialmente a processos de ex-colaboradores e terceiros requerendo indenizações e verbas previdenciárias e riscos relacionados a vínculo empregatício.

As causas cíveis se referem a reclamações efetuadas por consumidores dentro do âmbito do Código de Defesa do Consumidor.

Causas avaliadas como perda possível	2021	2020
Trabalhista	230	191
Cível	30	30
	260	221

A natureza das contingências não provisionadas são as mesmas para as quais foram efetuadas as provisões e descritas anteriormente, mudando apenas o prognóstico de perda nos processos.

17 Patrimônio Líquido	2021	2020
Ações negociadas no mercado (Free Float)	464.421	—
Acionistas controladores, administradores e beneficiários do plano de pagamento baseado em ações	6.470	40.224
	470.891	40.224
	100,00%	100,00%

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de janeiro de 2021, os acionistas aprovaram a emissão de 4.800.125 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, ao preço de emissão de R\$1,09 (um Real e nove centavos) por ação, totalizando o montante de R\$5.232, em razão do exercício de opções de compra de ações outorgadas no Primeiro Plano descrito na Nota 21. Do valor do total do preço de emissão, R\$48 foram destinados à conta do capital e R\$5.184 à conta de reserva de capital. Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de abril de 2021, os conselheiros aprovaram a emissão de 358.656 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, ao preço de emissão de R\$0,50 (cinquenta centavos) por ação, totalizando um aumento de capital no montante de R\$179, em razão do exercício de opções de compra de ações outorgadas no Segundo Plano descrito na Nota 21. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de junho de 2021, os acionistas ratificaram os aumentos de capital acima mencionados. Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de julho de 2021, os acionistas aprovaram a emissão de 211.590 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, ao preço de emissão de R\$0,50 (cinquenta centavos) por ação, totalizando o montante de R\$106, em razão do exercício de opções de compra de ações outorgadas no Segundo Plano descrito na Nota 21. Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de outubro de 2021, os acionistas aprovaram a emissão de 78.993 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, ao preço de emissão de R\$0,50 (cinquenta centavos) por ação, totalizando o montante de R\$39, em razão do exercício de opções de compra de ações outorgadas no Segundo Plano descrito na Nota 21.

Oferta pública de ações: Em 3 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou a oferta pública de distribuição primária e secundária de 79.438.948 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ao preço de R\$13,00 (treze reais) por ação, perfazendo o total de R\$1.032.706, sendo: (i) 33.099.562 novas Ações de emissão da Companhia ("Oferta Primária"); e (ii) 46.339.386 ações de emissão da Companhia e de titularidade dos acionistas vendedores ("Oferta Secundária"). Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 9 de fevereiro de 2021, foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$430.295 em decorrência de oferta pública de ações, que resultou na emissão de 33.099.562 ações ordinárias acima referidas. Os custos incorridos na transação, no montante de R\$30.271, referentes a comissão dos bancos, advogados, consultores e auditores, foram contabilizados em conta específica redutora de patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, no montante de R\$10.436.

18 Receita operacional líquida	2021	2020
Receita bruta de vendas de mercadorias	400.493	326.741
Receita de intermediação de negócios	8.645	6.196
Cancelamentos e devoluções (ii)	(18.805)	(14.205)
Perdas e chargeback (i)	(2.383)	(882)
Impostos	(74.011)	(72.596)
	313.939	245.254

(i) As perdas por chargeback referem-se a vendas efetuadas através do cartão de crédito para as quais o titular do cartão não reconhece a transação e, portanto, são canceladas. (ii) Considera o efeito de reconhecimento do cut-off calculado sobre as vendas faturadas e ainda não entregues.

19 Custo e despesas operacionais	2021	2020
Custo das mercadorias	(173.214)	(131.207)
Provisão para perdas dos estoques	(2.924)	(2.189)
Custos de armazenagem	(968)	(1.211)
Salários e encargos trabalhistas	(70.961)	(39.931)
Embalagens	(4.595)	(3.776)
Despesas com fretes e transportes	(26.674)	(22.490)
Produção e conteúdo	(4.779)	(2.134)
Despesas com marketing	(27.007)	(8.826)
Despesas com taxa de utilização de cartão de crédito	(8.481)	(7.350)
Gastos com prestadores de serviços (a)	(25.564)	(6.487)
Depreciações e amortizações	(11.768)	(4.062)
Gasto com informática	(8.928)	(4.076)
Gastos com materiais de escritório	(3.026)	(1.758)
Outros custos e despesas (b)	(17.411)	(9.695)
	(386.300)	(245.192)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(177.106)	(134.606)
Despesas com vendas	(108.118)	(66.152)
Despesas gerais e administrativas	(101.076)	(44.434)
	(386.300)	(245.192)

(a) Nessa rubrica está incluído o montante de R\$16.417, relativo ao plano de remuneração baseado em ações concedido a prestadores de serviços (vide Nota 23). (b) Refere-se a gastos com condomínio, energia elétrica, água, limpeza, manutenção das instalações e de equipamentos, entre outros.

20 Resultado Financeiro	2021	2020
Receita financeira	12.811	156
Atualização monetária PIS/COFINS (Nota 8)	3.238	—
Descontos obtidos	961	864
Ganho derivativo (NDF) sobre empréstimos	50	3.063
Outras receitas financeiras	—	8
	17.060	4.091

20	2021	2020
Despesas financeiras	(2.954)	(5.350)
Juros sobre antecipação de recebíveis	(2.892)	(278)
Juros sobre contrato de arrendamento	(545)	(822)
Juros sobre empréstimo	(37)	(3.422)
Varição cambial sobre empréstimos	(1.260)	(446)
Outras despesas financeiras	(7.688)	(10.318)
	9.372	(6.227)

21 Partes Relacionadas	2021	2020
Remuneração fixa anual	3.959	2.725
Benefícios	356	257
Bônus anual	2.326	855
Pagamento baseado em ações	1.809	329
	8.450	4.166

Remuneração da Administração: A remuneração da Administração ocorre por meio de pagamento de pró-labore, remuneração variável anual e plano de saúde, conforme abaixo:

22 Resultado por Ação	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do período	(42.151)	

WESTWING

Westwing Comércio Varejista S.A.

CNPJ nº 14.776.142/0001-50



☆ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Lote	Quantidade de opções	Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$)	Taxa de retorno livre de risco (%)	Volatilidade Anual (%)	Prazo de vida esperado das opções (meses)
Lote 1	403.335	0,8044	3,26%	59,90%	Maturado
Lote 2	100.617	0,8088	3,71%	56,10%	3
Lote 3	100.617	0,8087	4,14%	52,84%	6
Lote 4	100.617	0,8090	4,58%	50,60%	9
Lote 5	100.617	0,7914	4,93%	48,54%	12
Lote 6	100.617	0,7926	5,22%	47,63%	15
Lote 7	100.617	0,7957	5,57%	46,85%	18
Lote 8	100.617	0,7919	5,87%	45,39%	21
Lote 9	100.617	0,7936	6,12%	44,86%	24
Lote 10	278.959	0,7923	6,30%	43,95%	27
Lote 11	74.518	0,7890	6,48%	43,66%	30
Lote 12	74.518	0,7866	6,65%	42,78%	33
Lote 13	74.518	0,7910	6,78%	42,54%	36
Lote 14	74.518	0,7891	6,91%	41,68%	39
Lote 15	610.336	0,7782	7,00%	41,62%	42

O modelo utilizado pelos especialistas contratados pela Companhia para elaboração do cálculo foi o Monte Carlo, sendo a média ponderada do preço das ações da Companhia no montante de R\$2,53 (dois reais e cinquenta e três centavos). Para o cálculo da volatilidade, foi considerada a volatilidade histórica de empresas comparáveis em períodos compatíveis com o tempo de vida das ações para cada lote. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de abril de 2021, foram exercidas 358.656 opções, pelo preço de emissão de 0,50 (cinquenta centavos) por opção. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de julho de 2021, foram exercidas 211.590 opções, pelo preço de emissão de 0,50 (cinquenta centavos) por opção. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de outubro de 2021, foram exercidas 78.993 opções, pelo preço de emissão de 0,50 (cinquenta centavos) por opção. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de opções em aberto a serem exercidas é de 1.746.395 opções. **Terceiro Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de novembro de 2020 foi aprovado o terceiro programa de remuneração baseada em ações da Companhia. Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de janeiro de 2021, foram pré-aprovadas outorgas de 1.660.948 opções à alta Administração e estipulado que os termos e condições para aquisição do direito ao exercício das opções (*vesting*), metas individuais ou coletivas a serem cumpridas, preços de outorga, normas sobre restrições à transferência das opções, dentre outros, seriam deliberados pelo Conselho de Administração da Companhia após o IPO, caso ocorresse. Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2021, foram aprovados os termos e condições para aquisição do direito ao exercício das opções no âmbito do Terceiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de novembro de 2020 e foram outorgadas 58.906 opções de compras de ações no âmbito do Terceiro Plano de Opções, bem como a nomeação dos respectivos beneficiários. As opções poderão ser exercidas na proporção de 11% das ações a partir de 30 de junho de 2021 para a outorga ocorrida em 15 de janeiro de 2021 e 11% a partir da data de outorga ocorrida em 13 de agosto de 2021, a partir da 1ª tranche, as opções poderão ser exercidas na proporção de 5,5% a cada trimestre, iniciando em 30 de setembro de 2021 para ambas outorgas, o saldo remanescente de 17,5% poderá ser exercido em 31 de dezembro de 2024, quando o período de maturação se encerra. O prazo limite para o exercício do direito de compra se encerra após decorridos 7 anos contados a partir das datas de maturação. O preço de exercício inicial de R\$13,00 por ação, corrigido pelo IPCA-IBGE acumulado até a data do exercício da opção de compra. A tabela a seguir apresenta uma relação das informações dos modelos utilizados para cálculo do valor justo das duas outorgas:

Tabela 1 - opções outorgadas em 15 de janeiro de 2021:

Lote	Quantidade de opções	Média ponderada do valor justo na data da mensuração (Em Reais)	Taxa de retorno livre de risco (%)	Volatilidade Anual (%)	Prazo de vida esperado das opções (meses)
Lote 1	182.704	1,1755	7,42%	38,34%	Maturado
Lote 2	91.352	1,1755	7,47%	38,10%	Maturado
Lote 3	91.352	1,1755	7,51%	37,66%	97
Lote 4	91.352	1,1755	7,55%	37,24%	100
Lote 5	91.352	1,1755	7,59%	36,88%	103
Lote 6	91.352	1,1755	7,62%	36,69%	106
Lote 7	91.352	1,1755	7,65%	36,69%	109
Lote 8	91.352	1,1755	7,68%	36,69%	112
Lote 9	91.352	1,1755	7,71%	36,69%	115
Lote 10	91.352	1,1755	7,74%	36,69%	118
Lote 11	91.352	1,1755	7,77%	36,69%	121
Lote 12	91.352	1,1755	7,79%	36,69%	124
Lote 13	91.352	1,1755	7,82%	36,69%	127
Lote 14	91.352	1,1755	7,85%	36,69%	130
Lote 15	290.668	1,1755	7,87%	36,69%	133
	1.660.948	1,1755	7,68%	-	-

Tabela 2 - opções outorgadas em 13 de agosto de 2021:

Lote	Quantidade de opções	Média ponderada do valor justo na data da mensuração (Em Reais)	Taxa de retorno livre de risco (%)	Volatilidade Anual (%)	Prazo de vida esperado das opções (meses)
Lote 1	6.480	0,2579	10,04%	38,99%	Maturado
Lote 2	3.240	0,2579	10,06%	38,79%	Maturado
Lote 3	3.240	0,2579	10,09%	38,40%	90
Lote 4	3.240	0,2579	10,12%	38,22%	93
Lote 5	3.240	0,2579	10,15%	37,77%	96
Lote 6	3.240	0,2579	10,17%	37,33%	99
Lote 7	3.240	0,2579	10,20%	36,95%	102
Lote 8	3.240	0,2579	10,22%	36,71%	105
Lote 9	3.240	0,2579	10,24%	36,69%	108
Lote 10	3.240	0,2579	10,26%	36,69%	111
Lote 11	3.240	0,2579	10,28%	36,69%	114
Lote 12	3.240	0,2579	10,29%	36,69%	117
Lote 13	3.240	0,2579	10,31%	36,69%	120
Lote 14	3.240	0,2579	10,32%	36,69%	123
Lote 15	10.306	0,2579	10,34%	36,69%	126
	58.906	0,2579	10,21%	-	-

O modelo utilizado pelos especialistas contratados pela Companhia para elaboração do cálculo foi o Monte Carlo, sendo a média ponderada do preço das ações da Companhia no montante de R\$11,95. Para o cálculo da volatilidade, foi considerada a volatilidade histórica de empresas comparáveis em períodos compatíveis com o tempo de vida das ações para cada lote. **Plano de remuneração baseado em ações com terceiros:** Em novembro de 2020, a Companhia assinou contratos de

compromisso de pagamento a consultores por serviços prestados. O pagamento está condicionado à ocorrência de eventos de liquidez, tais como oferta pública de ações. O pagamento será efetuado com base na diferença entre o preço da venda das ações apurado no evento de liquidez e o preço base determinado nos contratos. Com a realização do IPO em fevereiro de 2021 e considerando que o pagamento será efetuado em dinheiro aos participantes, a Companhia registrou no passivo a obrigação correspondente, no montante de R\$16.418, tendo como contrapartida as despesas administrativas. Desse total, foram pagos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$14.251, e foram revertidos R\$1.624 como redução do passivo por ajuste do valor justo, remanescendo o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$543 no passivo circulante. **Despesas com os planos de remuneração baseado em ações:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu R\$16.899 de despesa relativa aos planos de remuneração baseado em ações, sendo R\$14.794 relativo ao plano concedido a terceiros e R\$2.105 relativos ao primeiro, segundo e terceiro planos de ações concedidos aos executivos. Uma vez que há desembolso de caixa, o plano concedido a terceiros teve como contrapartida uma provisão no passivo circulante, enquanto os planos concedidos aos executivos tiveram como contrapartida à conta de reserva de capital, pois sua liquidação será por meio de instrumentos de patrimônio (*equity settled*).

Expectativa de reconhecimento de despesas futuras (aplicável apenas para o primeiro e segundo plano de ações concedidos aos executivos)

Exercício social	Efeito no resultado
2022	924
2023	498
2024	202

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

24.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria: Valor justo hierárquico: Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo podem ser mensurados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado, conforme abaixo: **Nível 1:** a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos. **Nível 2:** a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços). **Nível 3:** a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo. A classificação dos ativos e passivos financeiros é determinada no momento de seu reconhecimento inicial de acordo com o CPC 48/IFRS 9. Os quadros a seguir apresentam os ativos e passivos por categoria:

Ativos financeiros	Classificação Hierarquia de por categoria		valor justo		2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	263.766	29.931		
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	2.657	1.899		
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	-	369		
Contas a receber de clientes	Custo amortizado		- 31.836	8.872		
Depósitos judiciais	Custo amortizado		- 15.783	2.246		
			314.042	43.317		

Passivos financeiros

	Classificação Hierarquia de por categoria	valor justo	2021	2020
Fornecedores	Custo amortizado		- 42.907	39.583
Empréstimos	Custo amortizado		- 2.998	10.825
Passivo de arrendamento	Custo amortizado		- 32.295	2.334
Partes relacionadas	Custo amortizado		- 8	8
			78.208	52.750

Os ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado aproximam-se dos respectivos valores justos, pois são ajustados por provisões, valores presentes e/ou atualizados por taxas de mercado pós-fixadas. Não houve alteração entre os níveis de hierarquia para determinação do valor justo durante os exercícios de 2021 e 2020.

24.2. Gestão de risco: Não houve alterações quanto as políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Os instrumentos financeiros são contratados conforme definido em política interna e aprovado pela Administração cujo propósito é proteger a Companhia dos riscos de mercado. O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno aos acionistas. A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros, visa otimizar sua estrutura de capital. A Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia apresenta a seguinte estrutura de capital em 31 de dezembro de 2021:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	(263.766)	(29.931)
Aplicações financeiras	(2.657)	(1.899)
Instrumentos financeiros derivativos ativo	-	(369)
Partes relacionadas	8	8
Empréstimos e financiamentos	2.998	10.825
Passivo de arrendamento	32.295	2.334
Dívida líquida	(231.122)	(19.032)
Total do patrimônio líquido	380.317	4.348
Índice de alavancagem (%)	-60%	-438%

No curso normal das suas operações, a Companhia é exposta aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros: a) **Riscos de mercado:** **Risco cambial:** Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia detinha empréstimos em moeda estrangeira (Euros), protegidos por meio da contratação de derivativos, atrelando os empréstimos a uma taxa pré-fixada em Reais e, dessa forma, mitigando a exposição cambial para a Companhia. Durante o primeiro trimestre de 2021, tanto os empréstimos em moeda estrangeira quanto os derivativos atrelados foram liquidados, não havendo nenhuma exposição a moeda estrangeira em aberto em 31 de dezembro de 2021. Em relação às importações de mercadorias, a Companhia possui como política efetuar um adiantamento parcial quando da solicitação do pedido, e outro adiantamento para a liberação da mercadoria para transporte para o território nacional. Dessa forma, a Companhia não possui contas a pagar em aberto em moeda estrangeira que sofra exposição a risco cambial. Entretanto, há o risco cambial entre a data de desembolso do primeiro adiantamento e o segundo adiantamento (risco de fluxo de caixa). Para mitigar esse risco, a partir de 2020 a Companhia passou a efetuar aplicações em fundos cambiais nos montantes correspondentes aos adiantamentos pendentes de serem realizados. Dessa forma, há uma exposição cambial decorrente dessas aplicações financeiras em fundos cambiais, cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$2.503. **Risco de juros:** A Companhia utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim

como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Companhia obtém empréstimos e financiamentos junto aos maiores bancos do Brasil. Conforme citado anteriormente, devido às operações com derivativos, os empréstimos da Companhia em aberto em 31 de dezembro de 2020 eram pré-fixados, não estando, portanto, sujeitos a flutuação de taxas. Dessa forma, a única exposição da Companhia à flutuação de taxas de juros se refere ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **Análise de sensibilidade:** Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada. Apesar da revogação da Instrução CVM nº 475/08, entendemos que a apresentação dos percentuais de deterioração de 25% e 50% continuam sendo úteis para entendimento da sensibilidade envolvida nos instrumentos financeiros da Companhia.

Risco	Resultado financeiro		
	2021	Taxa provável	Cenário 25%
			Cenário 50%

Ativos	Variação	Cenário 2021			
		Taxa provável	25%	50%	
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	US\$ 2.503	US\$ (152)	(190)	(228)	
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	Alta CDI	257.672	CDI 29.916	37.395	44.874
	Total	29.764	37.205	44.646	

(i) Para o cenário provável do CDI, foram consideradas as projeções da taxa anual conforme site B3 na data-base de 31 de dezembro de 2021 (11,61% a.a.) para 360 dias. Para o cenário provável do US\$, foi considerada a projeção divulgada em Boletim Focus emitido pelo Banco Central em 31 de dezembro 2021 (US\$1,00 = R\$5,5799). **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria a um prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente, com relação ao contas a receber de clientes) e de empréstimos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, a Companhia registra provisões para trazê-los ao seu valor provável de realização. b) **Risco de liquidez:** A Administração analisa as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para sua operação. O quadro abaixo demonstra os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data das demonstrações financeiras e a data contratual do vencimento.

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Fornecedores	42.907	-	42.907
Empréstimos e financiamentos	2.998	-	2.998
Passivo de arrendamento	6.783	25.512	32.295
Em 31 de dezembro de 2021	52.688	25.512	78.200
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Fornecedores	39.583	39.583	79.166
Empréstimos e financiamentos	7.190	3.635	10.825
Passivo de arrendamento	1.416	918	2.334
Em 31 de dezembro de 2020	48.189	4.553	52.742

24.3. Derivativos: Conforme citado anteriormente, a Companhia captou durante o exercício de 2020 empréstimos em moeda estrangeira e celebrou contratos de *non deliverable forward* (NDF), para trocar a exposição ao Euro mais *spread* por uma taxa pré-fixada em Reais. Esses derivativos não foram designados como *hedges* de fluxo de caixa, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2020, o valor justo desses derivativos resultou num ganho de R\$50 (R\$3.413 em 2020), reconhecido no resultado financeiro.

24.4. Mudanças nas atividades de financiamento

	Pagamen- to de Juros principal	Novas capta- ções	Variação cambial	Valor justo				
				Juros	2021			
Passivo de arrendamento	2.334	(8.635)	(387)	36.091	- 2.892	32.295		
Empréstimos	10.825	(7.886)	(523)	-	37	545	2.998	
Derivativos (ativo)	(369)	419	-	-	(50)	-	-	
Total líquido	12.790	(16.102)	(910)	36.091	37	(50)	3.437	35.293
	Pagamen- to de Juros principal	Novas capta- ções	Variação cambial	Valor justo				
	2019	2020	2021	Juros	2020			
Passivo de arrendamento	3.040	(1.824)	(262)	542	-	261	1.757	
Empréstimos	5.200	(6.978)	(232)	11.920	2.843	-	236	12.989
Derivativos (ativo)	(32)	2.513	-	-	-	(3.413)	-	(932)
Total líquido	8.208	(6.289)	(494)	12.462	2.843	(3.413)	497	13.814

25 Seguros

A Companhia adota política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais categorias de seguros estão demonstradas a seguir:

Modalidade seguro	Cobertura R\$
Incêndio/ Raio/ Explosão/ Danos Elétricos/ Queda de Aeronaves/ Perda de Aluguel	15.269
Responsabilidade Civil (D&O)	25.000
Responsabilidade Civil, Profissional e Geral	9.500
Multirisco Armazém	12.070
Multirisco Galpão	15.570
	77.409

26 Itens que não afetam o caixa

As transações listadas a seguir afetaram as informações financeiras intermediárias de forma relevante, contudo não impactaram o caixa:

	2021	2020
Arrendamentos contratados durante o período	36.091	1.343
Remensurações de arrendamento durante o período	-	340

Contadora

Alexandra Roberta Fernandes Gomes
CRC 1SP310179/O-1

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento aos incisos V e VI do artigo 25, da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores da Westwing Comércio Varejista S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Queiroz Filho, 1700 - Torre A 5º andar - Vila Hamburguesa, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 14.776.142/0001-50 ("Companhia"), declaram que: reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 22 de março de 2022

Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo
Diretor Presidente

Thiago Andrade Deiab
Diretor de Relação com Investidores

Declaração dos Diretores sobre Demonstrações Financeiras

Em cumprimento aos incisos V e VI do artigo 25, da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores da Westwing Comércio Varejista S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Queiroz Filho, 1700 - Torre A 5º andar - Vila Hamburguesa, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 14.776.142/0001-50 ("Companhia"), declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

WESTWING

Westwing Comércio Varejista S.A.

CNPJ nº 14.776.142/0001-50



—☆ continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

Conforme mencionado nas notas explicativas 3.12 e 18, as receitas da Companhia são derivadas da venda de mercadorias, reconhecidas em momento específico do tempo. As vendas são efetuadas por meio do *e-commerce* que devem ser avaliadas com o objetivo de assegurar que as respectivas receitas são reconhecidas dentro do período contábil adequado, no momento que os produtos tenham sido entregues aos compradores. O alto volume de vendas requer processos que garantam a integridade das operações.

Devido à relevância dos montantes envolvidos e às características inerentes ao processo de reconhecimento de receita, incluindo o volume e a segurança de captura de todas as vendas dentro do período de competência, consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) entendimento dos processos internos da Companhia para reconhecimento e mensuração das vendas; (ii) avaliação dos sistemas informatizados utilizados no processo contando com especialistas em tecnologia; (iii) procedimentos de confirmação externa para uma amostra da base que compõe o saldo de contas a receber mediante o envio de cartas de confirmação; (iv) verificação, por amostragem, das documentações suporte das vendas realizadas no período; (v) teste de corte de competência das receitas, com verificação de documentação comprovando a entrega das mercadorias e dentro da competência correta; e (vi) análise das movimentações mensais das receitas utilizando dados agregados e desagregados de modo a avaliar a existência de variações contrárias às nossas expectativas estabelecidas com base em nosso conhecimento do setor e da Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitável a prática de reconhecimento das receitas, bem como as respectivas divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Existência, valorização e realização dos estoques

Conforme descrito na nota explicativa 7, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía saldo de estoques no montante de R\$ 47.821 mil. Os estoques da Companhia são compostos de produtos acabados de peças de móveis, artigos para decoração, roupas e acessórios. Os produtos da Companhia são adquiridos de terceiros e seus estoques apresentam um elevado número de itens, de forma a atender as diversas curadorias lançadas ao longo do ano. O grande volume de itens e transações faz do monitoramento das quantidades de itens disponíveis e o custeio e valorização dos estoques uma atividade complexa.

Devido ao montante envolvido e elevado número de entradas e saídas, consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) entendimento dos processos e controles internos da Companhia relacionados à contagem física e monitoramento dos estoques; (ii) acompanhamento, em bases amostrais, da contagem física dos estoques no centro de distribuição; (iii) verificação por amostragem das documentações de compras e vendas e recálculo do custo médio; (iv) avaliação e testes das premissas e critérios utilizados pela administração na determinação das provisões para desvalorização dos estoques com base nas vendas realizadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as políticas de monitoramento e valorização dos estoques bem como as respectivas divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

A Companhia possuía registrado na rubrica de tributos diferidos ativos no montante de R\$44.636 mil em 31 de dezembro de 2021, referentes à imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, conforme detalhado na nota explicativa 15. A Companhia

reconhece estes tributos diferidos na extensão do lucro tributável futuro e, devido à subjetividade desta análise, que inclui entre outros, premissas de negócio da Companhia, desempenho externo do mercado e determinados indicadores financeiros, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

- Utilização de profissionais especializados em tributos para a análise das bases que deram origem aos créditos tributários sob a legislação tributária vigente;
- Utilização de especialistas em avaliação para auxílio na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia nas projeções dos lucros tributáveis futuros;
- Análise das projeções para a realização dos tributos diferidos preparadas pela Diretoria, que incluiu, principalmente: i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas; ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria, competidores e cenário econômico financeiro do ambiente nacional; e iii) análise do uso de método de precificação e de informações externas. Tais informações são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado por aqueles responsáveis pela governança;
- Adicionalmente, analisamos a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras pela Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de recuperabilidade do saldo de tributos diferidos ativos, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de recuperabilidade do saldo de tributos diferidos ativos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de março de 2022

ERNST & YOUNG
Audidores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Murilo Morgante
CRC-1SP280120/O-7



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadão.estadao.com.br/publicacoes/>